

VAÍ SER JULGADO

tomemos posição

FAUSTO CRUZ

todos à assembleia magna

A Comissão de Luta foi surpreendida pela notificação "ilegal", apenas com três dias de antecedência, da realização do julgamento do Fausto Cruz, dia 28, quinta-feira próxima, pelas 9 horas da manhã, no Tribunal Militar de Tomar.

O receio manifestado pela C. de Luta no último comunicado de a recente amnistia agora publicada no Diário da República, não abranger o caso Fausto Cruz, confirma-se totalmente pois o art. 6º do Dec/Lei nº 758/76 de 22/10/76 exclui expressamente os casos sujeitos a jurisdição militar.

O avanço da direita a todos os níveis apresenta-se neste momento cada vez mais claro aos nossos olhos. Os Pides passeiam-se.

Otelo, militar progressista, pedra fundamental na queda do regime fascista, estratega do 25 de Abril, encontra-se preso em Caxias, à luz do RDM (Regimento de Disciplina Militar) do tempo de Salazar e Castano ao qual nos habituamos a acrescentar e justamente de fascista, sob o pretexto de ter exercido o mais elementar direito que é o de expressão livre de opiniões políticas.

Spínola, chefe declarado do MDLP, responsável pelo assassinato do soldado Luís do Rallis, que depois de abortado o golpe contra-revolucionário de 11 de Março foge com helicópteros para Espanha. Conspira por toda a Europa e não só, é expulso sucessivamente de vários países devido a essas actividades, regressa a Portugal e encontra-se neste momento gozando de todos os direitos e liberdades para de novo poder conspirar.

O desmantelamento da rede bombista continua por fazer, ao que não deve ser alheio o possível comprometimento de individualidades...

Os despedimentos são uma realidade para os trabalhadores. Os aumentos de salários são absorvidos pela inflação.

Muitos outros exemplos poderiam ser apontados.

É neste contexto que se insere o julgamento do Fausto Cruz. As sucessivas declarações de incompetência por parte dos tribunais que geraram o conflito acabaram por impossibilitar que F. Cruz seja abrangido pela amnistia e seja julgado em Tribunal Militar pelo dito "crime" que neste momento está sob a alçada do tribunal civil e portanto é abrangido pela amnistia!

Perante isto compete-nos reforçar a disposição de luta contra as forças interessadas em regressar a 24 de Abril de 74. Lado a lado e com os trabalhadores apoiando activamente as suas lutas.

Pela defesa intransigente do poder deliberativo das Assembleias
Pelo controle das medidas Governamentais

Contra o "numerus clausus"

Contra a reitringração dos alunos e professores saneados

Que a nossa presença no Tribunal Militar de Tomar mostre que o caso F. Cruz se encontra presente e que a LUTA CONTINUA.